

A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA MINEIRA: BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL OU NATURALIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR?

Mayara Duarte Pelegrini
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
mayara.duarte.udi@gmail.com

Maria Simone Ferraz Pereira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
msimonefp@gmail.com

INTRODUÇÃO

A compreensão das questões sobre a lógica social que impera nas escolas é fundamental para pensarmos qual educação desejamos ou quem buscamos formar. Como uma instituição pertencente à sociedade, a escola traz contradições que a perpassam. Por um lado, a escola pode se constituir como uma possibilidade de conscientização dos sujeitos, para que eles atuem sobre a realidade e possam transformá-la e, por outro, pode ser um instrumento de reprodução e manutenção do *status quo*, que engendra processos de exclusão e seleção (FREITAS, 2007).

Este trabalho – recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento – centra-se na questão do sistema de avaliação mineiro e na relação entre a busca por uma qualidade na educação e a produção do fracasso escolar, ou seja, se há uma relação entre os resultados obtidos nos exames de avaliação externa, em específico no Sistema Mineiro de Avaliação na Produção da Qualidade da Escola Pública (SIMAVE), e um processo de naturalização do fracasso escolar. Nesse sentido, a problemática central da pesquisa busca responder a seguinte pergunta: o SIMAVE, na lógica do foco nos resultados e ranqueamentos, pode gerar a naturalização do fracasso escolar dos alunos, em uma escola que historicamente apresenta baixo desempenho e se localiza em um contexto socioeconômico adverso?

Para a realização desta pesquisa, foi feita a opção por uma abordagem qualitativa, por entender que esta possibilita a compreensão do objeto em estudo dentro do contexto social, histórico, político e econômico em que se insere (FÁVERO, 2019). Para o desenvolvimento do trabalho, será realizada uma pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo em uma escola pública. Como recurso de coleta de dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas

com alunos, professores e com a diretora da instituição, sendo escolhida uma turma do 5º ano do ensino fundamental, por ser o final de um ciclo escolar e também um ano que as provas do SIMAVE são aplicadas.

DESENVOLVIMENTO

Para termos uma compreensão mais aprofundada a respeito das políticas públicas, e conseqüentemente, das políticas educacionais, primeiramente é necessário entendermos qual o modelo de Estado a que estas correspondem, bem como as concepções que o sustentam e servem de ancoragem para suas ações e intervenções dentro de um contexto social, político e econômico. O Estado, aqui entendido no contexto da sociedade capitalista, possui um projeto político específico, determinado histórica e economicamente. Em curso atualmente, tem-se cumprido uma proposta neoliberal de Estado, sendo, então, importante a compreensão da teoria social que norteia e sustenta as intenções desse modelo.

Na lógica neoliberal, ao Estado compete o dever de garantir os direitos individuais, não cabendo a intervenção ou regulação, garantindo, assim, as possibilidades da concorrência do livre mercado, regulador da vida social, havendo uma forte marca do discurso meritocrático, que naturaliza os processos de exclusão social, engendrados no seio da sociedade capitalista.

Segundo Freitas (2018, p. 31), “o neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade.” Assim, a qualidade educacional está vinculada a uma ideia de competição, que concebe escolas e educação em uma ótica mercadológica, induzindo-as a buscarem, por meio da competição, uma melhoria no padrão de ensino, cabendo ao mercado fazer a seleção daquelas que possuem uma qualidade suficiente para continuar existindo.

Nesse contexto, os exames de avaliação externa partilham de uma lógica competitiva que estabelece como foco os resultados obtidos, produto final dos processos educativos. Os resultados dependeriam, então, da vontade que as instituições e os alunos possuem, sendo alcançados pelo mérito individual. Entre as iniciativas estaduais, destaca-se o SIMAVE, objeto desta pesquisa, que compartilha dessa mesma concepção de regulação, na qual os resultados são comparados a

partir das metas estabelecidas pelo governo mineiro, que indicam o quão eficiente é o sistema de ensino.

Transpondo a lógica que permeia as avaliações externas para a relação da escola com os alunos, a atribuição de notas pelo professor assume o mesmo caráter seletivo e excludente, ao estabelecer como produto final da relação educativa o valor obtido pelos estudantes nas provas, que passa a definir o lugar que eles possuem dentro da sala e nas relações que ali são estabelecidas. Tal concepção escolar promove uma exclusão daqueles que não se adaptam, que vão sendo negligenciados pelo sistema, permanecendo à margem deste.

Nessa ótica, “o fracasso do aluno é pontualmente explicado como um problema dele exclusivamente ou de sua família, eximindo-se o sistema de qualquer responsabilidade.” (SORDI, 2004, p. 110). Com isso, vai sendo introjetado pelos estudantes, suas famílias e docentes, essa culpa pela situação vivenciada, restringido aos sujeitos a responsabilidade, e eximindo e mascarando os determinantes sociais que possibilitam tal processo. O desafio da presente pesquisa é compreender como isso se materializa na organização do trabalho pedagógico de uma escola situada em um contexto socioespacial desigual.

CONCLUSÕES

Em uma lógica neoliberal, a escola é entendida nos moldes de uma empresa que, ao estar inserida em uma sociedade competitiva e regida pelo livre mercado, a formação realizada deve seguir tais parâmetros. Os vínculos sociais, bem como qualquer noção de humanização ou transformação social são retirados da educação, que passa a ser vista sob uma perspectiva gerencial.

A compreensão de qualidade é determinada a partir de uma ideia de conformação das redes a um padrão estabelecido e determinado verticalmente, dentro de uma lógica excludente. Não são considerados os contextos econômicos e sociais das escolas, o que faz com que estes sejam determinações à parte da vida escolar, e que nada dizem sobre as vivências das instituições e da comunidade na qual ela está inserida.

A forma como as avaliações são concebidas e praticadas dentro das escolas – seja pelos governos ou pelos professores, visando o controle e subordinação, dentro de um discurso meritocrático que responsabiliza os sujeitos pelo fracasso

escolar, anulando os processos sociais injustos e massacrantes que estão atuando sobre eles – pode contribuir para a naturalização das condições de vida dos sujeitos e do próprio fracasso escolar.

As avaliações devem instituir uma conexão entre as escolas, as redes e o governo, gerando um envolvimento de todos no processo formativo, partindo de dentro da escola, onde a qualidade educacional melhora junto com a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, B. J. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, v. 19, n. 1. Itajaí, 2019.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 965-987, out. 2007.

SORDI, M. R. L; MALVAZI, M. S. As duas faces da avaliação: da realidade à utopia. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 17, p. 105-115, 2004.